



ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS
ESCOLA DE FORMAÇÃO COMPLEMENTAR DO EXÉRCITO



Cap QCO Mag Camila de Almeida Paiva

MAIOR INSERÇÃO DE MILITARES DO SEGMENTO
FEMININO DO EB EM MISSÕES DE PAZ SOB A ÉGIDE DA
ONU

Rio de Janeiro
2018

MAIOR INSERÇÃO DE MILITARES DO SEGMENTO FEMININO DO EB EM MISSÕES DE PAZ SOB A ÉGIDE DA ONU

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Escola de Formação
Complementar do Exército / Escola de
Aperfeiçoamento de Oficiais como
requisito parcial para a obtenção do Grau
Especialização em Ciências Militares.

Orientador: Cap Fabrício do Prado Nunes

**Rio de Janeiro
2018**

Cap QCO Mag CAMILA DE ALMEIDA PAIVA

MAIOR INSERÇÃO DE MILITARES DO SEGMENTO FEMININO DO EB EM MISSÕES DE PAZ SOB A ÉGIDE DA ONU

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Escola de Formação
Complementar do Exército / Escola de
Aperfeiçoamento de Oficiais como
requisito parcial para a obtenção do Grau
Especialização em Ciências
Militares

Aprovado em

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

Fabício do Prado Nunes – Cap Capl - Presidente
Escola de Formação Complementar do Exército

Renata Vasconcelos de Sousa Brito – 1º Ten – Membro
Escola de Formação Complementar do Exército

MAIOR INSERÇÃO DE MILITARES DO SEGMENTO FEMININO DO EB EM MISSÕES DE PAZ SOB A ÉGIDE DA ONU

Camila de Almeida Paiva¹

RESUMO

A presente pesquisa visa estudar o aumento do número de oficiais do segmento feminino do Exército Brasileiro participando em missões de paz das Nações Unidas. Além do aumento, também serão objetos de estudo os motivos que as levam a serem voluntárias nas operações de paz, assim como possíveis restrições que impedem o voluntariado. Existem oito resoluções adotadas pelo Conselho de Segurança da ONU que enfatizam a participação de militares mulheres nas áreas de operações como peacekeepers. A pioneira e a mais significativa delas é a Resolução 1325, adotada em 2000, abordando a perspectiva de gênero nas operações de manutenção da paz, a violência sexual como arma de guerra nos períodos de conflitos e pós-conflitos, as diferentes formas que esses mesmos conflitos impactam homens, mulheres, meninos e meninas. Esta resolução também traz a noção de como a presença feminina funciona como um vetor de transformação, trazendo a paz duradoura e sólida nas áreas conflituosas. O Brasil, como estado-membro da ONU, busca através de suas Forças Armadas, sobretudo o Exército Brasileiro, atender ao que estabelece a Agenda Mulheres, Paz e Segurança para convocar, selecionar e treinar as voluntárias do efetivo feminino. Esta agenda busca enfatizar a importância de uma perspectiva de gênero no âmbito das Nações Unidas e dos estados-membros e traça diretrizes de como fazer para implementá-la e assim atingir os objetivos de uma paz sustentável e duradoura.

Palavras-chave: mulheres militares, manutenção da paz, ONU, agenda mulheres, paz e segurança, paz duradoura

ABSTRACT

This research aims at studying the increase of female officers of the Brazilian Army participating in peace missions of the United Nations. Besides of this increase, the reasons that make them volunteer in peace operations will also be studied as well as possible restrictions that make them decline the volunteering. There are eight resolutions adopted by the Security Council of the UN, which focus on the participation of female soldiers in operations as peacekeepers. The primary one and most significant was Resolution 1325, adopted in 2000, addressing gender perspective in peacekeeping operations, sexual violence as a weapon of war in conflicts and post-conflicts, the different ways conflict have an impact on men, women, boys and girls. This resolution also brings to light how the female presence can be a tool for transformation, bringing sustainable and durable peace in conflict zones. As a UN member state, Brazil, by means of its Armed Forces, particularly the Army, aims at complying to what is established in the Women, Peace and Security Agenda in order to recruit, select and train volunteering female strength. This Agenda emphasizes the importance of a gender perspective within the United Nations and its member states and sets guidelines of how to implement and, therefore, reach the goals of a sustainable and durable peace.

Key words: military females, peacekeeping, UN, women, peace and security, durable peace

¹Capitão QCO Magistério Inglês da turma de 2010. Especialista em Aplicações Complementares às Ciências Militares pela EsAEx em 2010.

SUMÁRIO

Conteúdo

1 INTRODUÇÃO	6
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	9
2.1 RESOLUÇÃO1325	9
2.2 RESOLUÇÃO 1820	11
2.3 RESOLUÇÃO 1888	11
2.4 RESOLUÇÃO 1889	11
2.5 RESOLUÇÃO 1960.....	12
2.6 RESOLUÇÃO 2106	12
2.7 RESOLUÇÃO 2122	12
2.8 RESOLUÇÃO 2272	12
2.9 DIRETRIZES DO DEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES DE PAZ E DO DEPARTAMENTO DE APOIO NO TERENO	13
2.10 PLANO NACIONAL DE AÇÃO SOBRE MULHERES, PAZ E SEGURANÇA .	13
2.11 DIRETRIZES DO DEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES DE PAZ DA ONU	13
3 METODOLOGIA	15
4. RESULTADOS	15
5DISCUSSÃO	26
6 CONCLUSÃO	28
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	30
8 ANEXOS	31

MAIOR INSERÇÃO DE MILITARES DO SEGMENTO FEMININO DO EB EM MISSÕES DE PAZ SOB A ÉGIDE DA ONU

1. INTRODUÇÃO

Desde a Resolução 1325, adotada por unanimidade no ano de 2000 pelo Conselho de Segurança da ONU, a participação da mulher em operações de paz vem tomando vulto cada vez maior no âmbito das Nações Unidas. A participação feminina, seja ela militar, policial ou civil, vem sendo valorizada uma vez que a mulher é considerada um vetor de promoção da paz duradoura, no terreno ou nas mesas de negociação.

Outras resoluções, que também são tratadas nesse estudo, vieram em seguida para ratificar, complementar e enfatizar a participação mais igualitária das mulheres na prevenção e resolução de conflitos, a abordagem do impacto da violência sexual sobre as mulheres, a conscientização de temas sobre gênero através de treinamentos especializados aos *peacekeepers* e a importância da presença da mulher nas tomadas de decisões ou usando o capacete azul.

O impacto dos conflitos é recebido de forma diferenciada por homens, mulheres, meninos e meninas. Foi percebido que a presença feminina nas áreas de operações agrega valor ao trabalho de manutenção da paz, na prevenção de conflitos e no pós-conflito. Principalmente quando se trata de vítimas de crimes sexuais, em sua maioria mulheres e meninas. Essa população, explorada ou violentada sexualmente, carece de apoio e uma relação de confiança com aqueles incumbidos de proteger e cuidar. Neste ponto, a mulher militar exerce grande influência, uma vez que a sua aproximação com as vítimas é facilitada por ser uma mulher lidando com outras mulheres e meninas. A empatia é mais visível, a confiança construída mais rapidamente e o diálogo é, portanto, facilitado, levantando muitas informações delicadas, sigilosas e indispensáveis à solução e prevenção de crimes de natureza sexual. A presença de *peacekeepers* femininas pode melhorar a proteção e respostas estratégicas uma vez que mulheres e crianças tendem a confiar mais prontamente nas mulheres uniformizadas, especialmente em casos de violência sexual (Diretrizes DPKO/DFS, p. 19).

No que também tange as diferenças culturais e religiosas, a presença da mulher na linha de frente é igualmente importante. Em muitas culturas, mulheres não

podem travar contato com outros homens além daqueles de seu círculo familiar e, sim, apenas com outras mulheres. Uma mulher uniformizada se adapta perfeitamente à imposição de comunicação somente entre mulheres em determinadas comunidades, principalmente as muçulmanas.

As Nações Unidas, ciente de seu papel de promover, estabelecer a paz e prezar pelo respeito aos direitos humanos, convoca seus estados-membros a aderirem a esses valores e recrutarem mais mulheres em missões de paz, seja no componente militar, policial ou civil, buscando uma maneira mais igualitária de ter homens e mulheres trabalhando juntos em prol da paz duradoura. Daí, a criação da Agenda Mulheres, Paz e Segurança que traz uma perspectiva de gênero a ser implementada pela ONU e seus estados-membros:

"Visando melhorar o papel das mulheres na manutenção da paz e segurança internacional, o Conselho de Segurança das Nações Unidas adotou quatro resoluções específicas sobre mulheres, paz e segurança: Resolução 1325 (2000), Resolução 1820 (2008), Resolução 1888 (2009) e Resolução 1889 (2009). Esses mandatos demandam que as missões de manutenção da paz aumentem a participação feminina nos processos decisórios pós-conflitos, na prevenção da violência sexual, na proteção de indivíduos, incluindo mulheres e meninas, um aumento da presença feminina entre os peacekeepers e que treinem todos os peacekeepers sistematicamente para lidar com assuntos de gênero em suas áreas de atuação" (Diretriz do DPKO/DFS, pág, 8, 2010)

O Brasil, através de suas Forças Armadas, sobretudo o Exército Brasileiro, vem buscando atender a demanda das Nações Unidas no que tange a convocar, selecionar e treinar militares femininas, oficiais e/ou praças, para exercerem funções nas atividades de operações de paz. Apesar de ainda não haver mulheres atuando na linha combatente do Exército Brasileiro, há um esforço em promover a participação das militares nas operações, independentemente de suas áreas de formação. Médicas, Tradutoras, Engenheiras, Enfermeiras, Jornalistas, Dentistas, entre outras, foram e são convocadas pelo Alto Comando do Exército para

treinamentos no Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), estabelecimento de ensino responsável pela preparação de militares, policiais e civis para missões de paz e de desminagem humanitária, com a finalidade de serem desdobradas posteriormente em alguma missão.

O presente trabalho teve como objetivo levantar dados sobre o aumento da participação de militares do segmento feminino do Exército Brasileiro nas missões de paz sob a égide das Nações Unidas. Procuramos descobrir o fator motivacional que levou as militares a ser voluntárias e a participar em missões de paz, assim como os principais obstáculos para o cumprimento da missão. E, a despeito desse aumento gradativo, buscaremos entender também como a presença das mulheres no terreno pode ainda aumentar, as funções que melhor se adaptam a elas e os principais motivos que levariam à recusa de um desdobramento nas áreas de operações.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Resolução 1325 (2000)

Desde a sua criação em 1945, a Organização das Nações Unidas se envolveu com a temática de igualdade de gênero, e em sua carta, existem regras contra a discriminação baseada no sexo (GIANNINI, 2014). Com o avançar dos anos e das crescentes necessidades de proteção, paridade, segurança e igualdade entre homens e mulheres, foi adotada e aprovada por unanimidade no ano de 2000 a Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU (COSTA, 2017).

A Resolução 1325 marca, pela primeira vez, a promoção da igualdade de gênero em ações relativas à construção da paz e à segurança, tanto no campo nacional quanto no internacional:

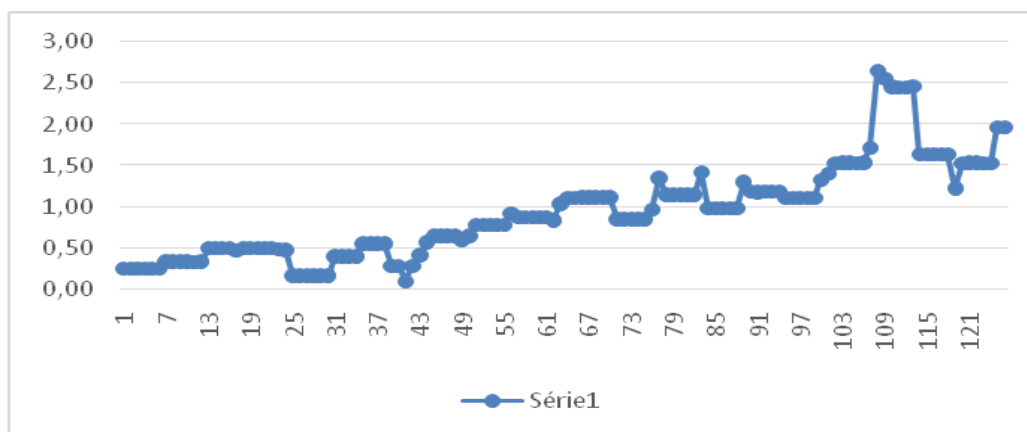
A Resolução 1325 (2000), adotada de forma unânime, foi a pioneira na promoção da igualdade de gênero em ações relacionadas à paz e à segurança internacional. Reconhece que o papel da mulher pode e deve desempenhar função primordial na busca pela paz e introduz a perspectiva de gênero na prevenção e resolução de conflitos, assim como nos esforços de construção da paz através da observância dos diferentes impactos que os conflitos armados têm sobre cada grupo, especialmente o de mulheres e meninas. (Plano Nacional de Ação sobre Mulheres, Paz e Segurança, p. 19)

Fruto da Resolução 1325 é a Agenda Mulheres, Paz e Segurança (WPS – Women, Peace and Security em inglês). O Brasil, como estado-membro, vem implementando ações para atender o que estabelece a Agenda (GIANNINI, LIMA e PEREIRA, 2016). Todavia, mesmo antes da adoção da Resolução 1325 e de sua Agenda, O Brasil, por meio de suas Forças Armadas, já vinha abrindo espaço ao ingresso das mulheres em suas fileiras. As primeiras mulheres foram incorporadas ao Exército Brasileiro somente em 1992, diferentemente da Marinha do Brasil e da Força Aérea, que aceitaram a entrada delas em seus quadros em 1980 e 1982 respectivamente (GIANNINI, LIMA e PEREIRA, 2016). Desde então, o efetivo feminino vem aumentando gradativamente nas três Forças, em particular no

Exército. O que nos leva a compreender que a presença da mulher nas operações de paz da ONU está diretamente vinculada ao quantitativo das mesmas na Força Terrestre. Quanto mais mulheres houver nos diferentes quadros e serviços, maior será a participação delas como *peacekeepers* no terreno das missões de paz (GIANNINI, LIMA e PEREIRA, 2016).

Em março de 2017, o Brasil lançou o seu Plano Nacional de Ação, com vistas à implementação das Resoluções do Conselho de Segurança da ONU sobre a agenda Mulheres, Paz e Segurança. O Brasil, com este plano, assinou o compromisso de cumprir as metas determinadas pela Resolução 1325. A participação de mulheres militares brasileiras em missões de contingente de tropa teve início no ano de 2007, na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH) quando a missão já se encontrava em sua fase de pacificação. Desde então, a participação de mulheres aumentou significativamente, ainda que em termos proporcionais, continuasse bastante inferior aos homens e à meta dos 10% estipulada pela ONU. Em dezembro de 2015, foi reportado o maior número de mulheres brasileiras militares no Haiti. Eram 26 mulheres em um contingente de 983 integrantes, ou seja 2,63%. O último contingente brasileiro no Haiti contava com 2% de mulheres, ou um total de 19.

Tabela 1: Mulheres militares brasileiras na MINUSTAH – 2007-2017 (%)



Fonte: Ministério da Defesa (2007-2008); Departamento de Operações de Manutenção da Paz

A presença da mulher como *peacekeeper* na área de operações de paz é vista como indispensável a fim de atingir a paz sustentável (GIANNINI, 2014).

Cabe ressaltar que o Exército Brasileiro vem ampliando a entrada de mulheres em suas fileiras também agora pela linha militar bélica através da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), no serviço de Intendência e no quadro de Material Bélico. Isso é uma demonstração de que a Força está ciente sobre o que a Agenda Mulheres, Paz e Segurança prescreve.

2.2 Resolução 1820

Primeira resolução adotada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas a tratar a violência sexual, causada majoritariamente contra meninas e mulheres em áreas de conflito, como uma estratégia de guerra (COSTA, 2017). Inclusive, muitos crimes dessa natureza são causados por quem deveria proteger a comunidade. A ONU resolve, dessa maneira, proteger e apoiar a população vulnerável estimulando a participação de mais mulheres na linha de frente das tropas, a fim de minimizar a ocorrência de crimes de violência sexual.

2.3 Resolução 1888 (2009)

Esta resolução foi adotada para reforçar as diretrizes da anterior, aprimorar os marcos legais e sistemas judiciais para acabar com a impunidade dos perpetradores de crimes de natureza sexual e melhorar os serviços de apoio às vítimas e as estratégias para eliminar esse tipo de violência (COSTA, 2017). No escopo dessas estratégias, a presença de mulheres fica mais evidenciada na promoção da participação delas nos componentes militar, policial e civil da ONU, em suas diversas agências e na liderança de comunidades onde há desdobrada uma missão de paz da organização.

2.4 Resolução 1889 (2009)

Esta resolução foca sua atenção na exclusão das mulheres dos processos de consolidação da paz (COSTA, 2017). Ela reforça e amplia a noção da importância dos esforços em destinar recursos humanos e financeiros à segurança física e econômica das mulheres. Também demonstra uma preocupação em estimular a participação feminina na política e maior acesso à justiça.

2.5 Resolução 1960 (2010)

A violência sexual relacionada a conflitos ganha maior atenção nesta resolução. Mecanismos de monitoramento, análise e apresentação de relatórios foram estabelecidos visando a maior proteção das mulheres em áreas suscetíveis de ocorrência de ataques sexuais (COSTA, 2017). Há uma ênfase no treinamento de todo o efetivo militar e policial envolvido em missões de paz no que se refere à violência sexual baseada em gênero. A ideia do aumento da participação feminina em operações de paz é reforçada mais uma vez.

2.6 Resolução 2106 (2013)

Reafirma a relação entre o alcance da paz duradoura e a importância de se abordar uma perspectiva de gênero, tratando das demandas de mulheres e crianças em zonas de conflito ou de pós-conflito (COSTA, 2017). As ações de violência sexual são tratadas mais uma vez, assim como as devidas medidas necessárias para que os agressores sejam punidos por seus crimes. O empoderamento político e econômico feminino também é abordado, atendendo ao que prescreve a Agenda Mulheres, Paz e Segurança. O desdobramento de mais mulheres em forças de paz é mais uma vez lembrada.

2.7 Resolução 2122 (2013)

Esta resolução complementa as lacunas deixadas pela resolução 1325, tratando da participação ativa de mulheres nas ações de manutenção, consolidação da paz e de direitos humanos (COSTA, 2017). Reforça a importância do treinamento sobre prevenção da violência sexual e de gênero. O aumento da participação de mulheres em missões de paz é citado mais uma vez.

2.8 Resolução 2272 (2016)

Aborda exclusivamente crimes de abuso e exploração sexual contra mulheres e meninas em zonas de conflito e pós-conflito. Esta resolução visa principalmente o combate de crimes de natureza sexual causados por pessoal da ONU em missões de paz. Não cita claramente a maior participação de mulheres nas operações, no entanto, é de fácil observação o empenho em combater os crimes citados através da

maior presença das mulheres nos ambientes de missão de paz como nas resoluções anteriores.

2.9 Diretrizes do Departamento de Apoio no Terreno (DFS)

Essas diretrizes surgiram dez anos após a adoção da Resolução 1325 (2000) com o intuito de integrar uma perspectiva de gênero no trabalho do componente militar das Nações Unidas em operações de paz. Reforçam o papel crucial que o componente militar deve assumir no combate à violência sexual perpetrada contra mulheres e meninas em áreas de conflito. As diretrizes também têm por finalidade aumentar a eficácia operacional das missões militares relacionadas à manutenção da paz, servindo como guia prático dos mandatos existentes no que tange a Agenda Mulheres, Paz e Segurança. Foram idealizadas para apoiar o componente militar nos níveis estratégico, operacional e tático a fim de garantir as prioridades de segurança das populações locais sejam homens, mulheres, meninos e meninas.

2.10 Plano Nacional de ação sobre Mulheres, Paz e Segurança

Este plano busca destacar o papel da mulher como agente de transformação em todos os estágios da prevenção e da resolução pacífica de conflitos da manutenção e construção da paz, assim como objetiva fortalecer as medidas de prevenção e proteção contra todas as possíveis formas de violência e de violações dos direitos humanos das mulheres e meninas em situações de conflito e pós conflito.

2.11 Diretrizes do Departamento de Operações de Paz da ONU

As diretrizes do Departamento de Operações de Paz das Nações Unidas (DPKO, sigla em inglês) visam a integração de uma perspectiva de gênero ao trabalho desenvolvido pelo componente militar da ONU nas diversas operações de paz. Tais diretrizes enxergam que os conflitos armados afetam homens e mulheres de formas distintas, o que implica que o planejamento operacional e estratégico das missões de paz que buscam a proteção de civis e a promoção de processos de paz inclusivos deve passar por análises das diferentes consequências sofridas por

homens e mulheres em áreas de conflito e deve incorporar estratégias para abordar a diferença entre os gêneros.

"A igualdade de gênero nas Nações Unidas é de extrema urgência e uma prioridade pessoal. É um dever moral e uma demanda operacional. A inclusão significativa de mulheres nos processos decisórios aumenta a eficiência e a produtividade, trazendo novas perspectivas e soluções para a mesa de debates. amplia os recursos e fortalece os esforços dos três pilares de nossa organização." (António Guterres, Secretário-Geral das Nações Unidas)

Nota-se, portanto, o esforço em aumentar o número de mulheres peacekeepers na área de operações de paz da ONU, trazendo mudanças significativas para o cumprimento mais eficaz e integrado dos mandatos emitidos pelo Conselho de Segurança da Organização, para atender as demandas das populações, homens e mulheres, em zonas de conflito e pós conflito. O recrutamento feminino se tornou, assim, um imperativo operacional.

3. METODOLOGIA

O presente trabalho caracteriza-se por ser uma pesquisa que compreende um estudo de natureza aplicada, de abordagem qualitativa, do tipo descritiva. Para tal, realizou-se uma revisão teórica do assunto, através da pesquisa bibliográfica a legislações, documentos e trabalhos científicos (artigos, dissertações e teses). Foram feitas consultas ao sítio eletrônico da Organização das Nações Unidas (ONU), com o objetivo de se obter dados sobre a participação feminina em missões de paz. Foi aplicado um questionário com perguntas abertas e fechadas a oficiais mulheres que participaram em missões de paz (GRUPO A), e um outro a oficiais mulheres que não participaram em missões (GRUPO B), totalizando uma amostra de cinquenta e três oficiais mulheres de carreira, de diferentes postos e graduações e formação acadêmica e regiões militares distintas. A resposta aos questionários foi voluntária, de forma individual e sem a interferência da entrevistadora. O objetivo foi levantar dados sobre o que leva ao aumento do número de mulheres militares participantes em operações de paz.

Os dados obtidos com a pesquisa bibliográfica e documental, e com os questionários foram tabulados e analisados utilizando-se os recursos do software *Google Formulários*. Os resultados foram apresentados sob a forma de gráficos, utilizando a frequência absoluta e relativa, referentes às variáveis estudadas e as informações confrontadas com a bibliografia recente pertinente ao tema.

4. RESULTADOS

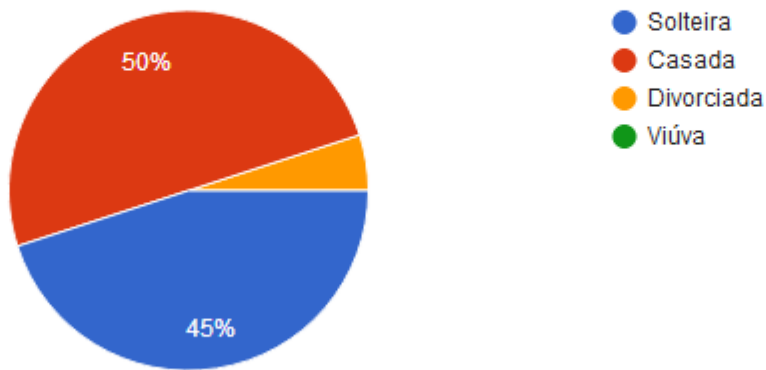
De maneira geral, a pesquisa bibliográfica e os resultados dos questionários possibilitaram:

- Apresentar os fatores que levam a uma maior participação de mulheres em missões de paz da ONU;
- Identificar os óbices que fazem com que tenham alguma restrição e/ou receio em se voluntariar a uma missão;
- Especificar se há a necessidade de um treinamento diferenciado entre homens e mulheres;
- Levantar as dificuldades vividas durante a missão;

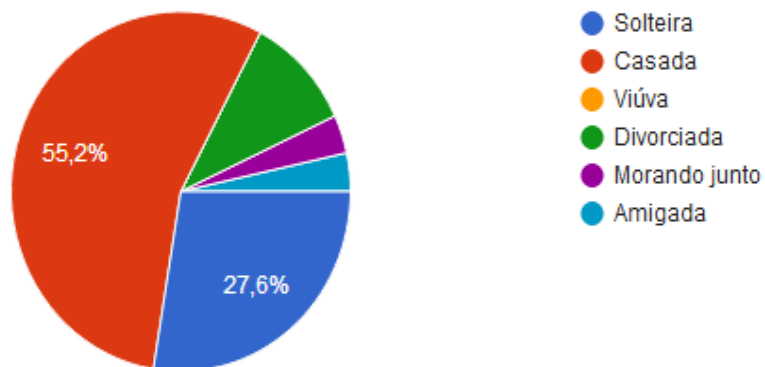
- Identificar as funções que mais se adequariam ao perfil feminino;

4.1 Resultados do questionário aplicado às oficiais:

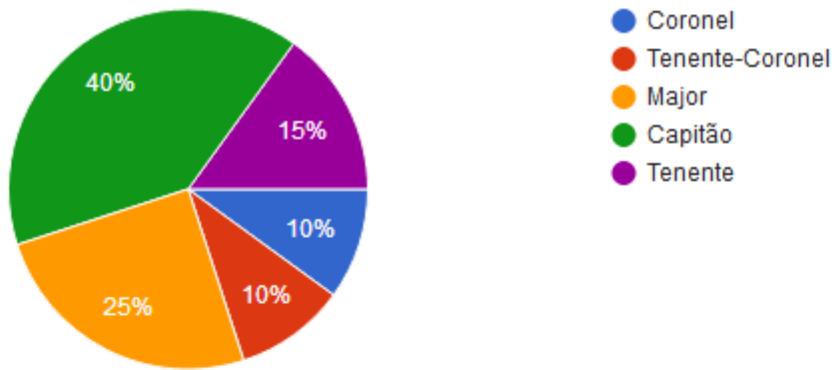
No que diz respeito ao estado civil daquelas que já participaram em uma missão de paz da ONU (GRUPO A):



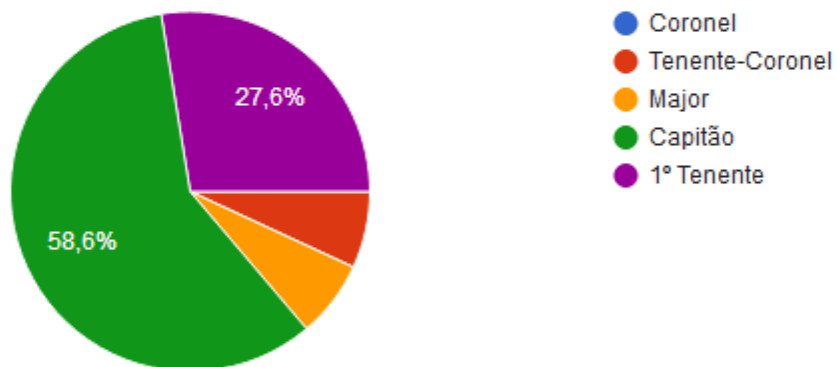
Sobre o estado civil das que não participaram em uma missão (GRUPO B):



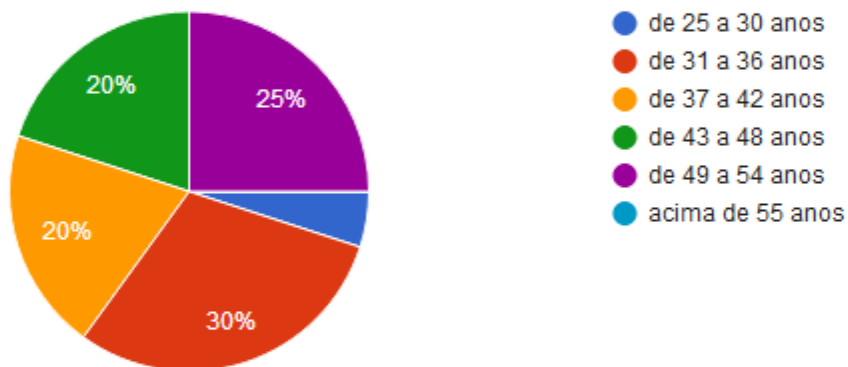
Quanto ao posto das militares do GRUPO A:



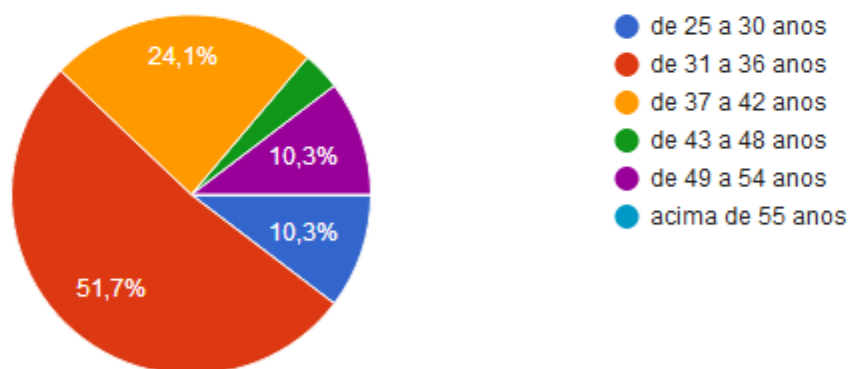
Percentual em postos das militares do GRUPO B:



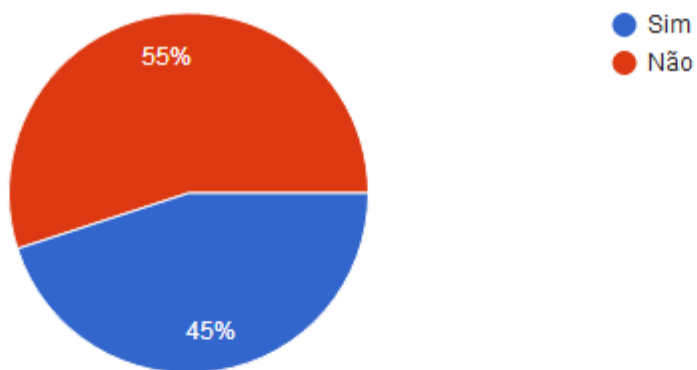
Quanto à faixa etária do grupo A:



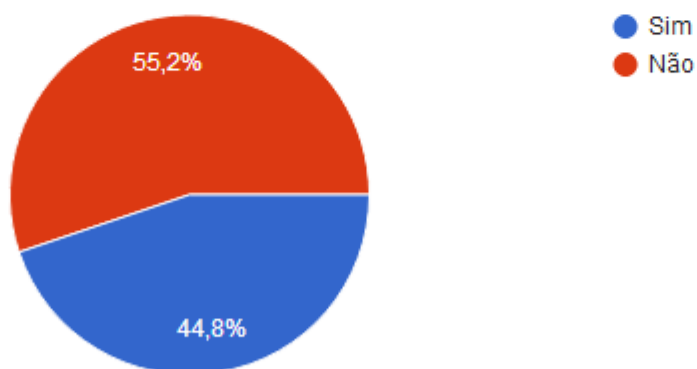
Faixa etária grupo B:



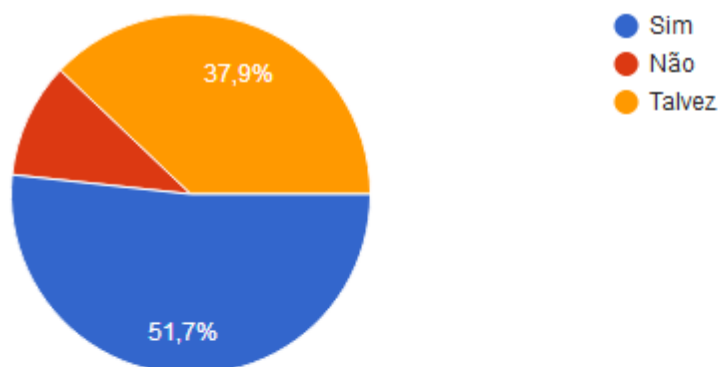
No que tange o campo familiar, mais particularmente a existência de filhos, identifica-se que mais de 50% das mulheres do grupo A não possuem filhos:



Resultado bem semelhante foi o encontrado no grupo B:

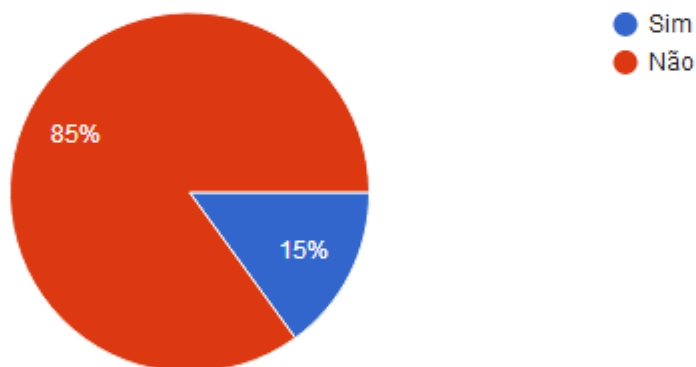


Foi perguntado às militares do grupo B se elas seriam voluntárias a participar em missões de paz da ONU. O resultado foi de 51,7% dizendo que sim, 10,3% responderam negativamente e 37,9% disseram que talvez.

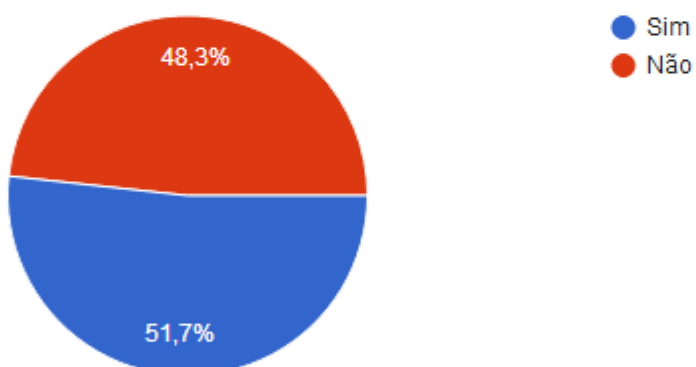


Independente da resposta, essas mesmas militares do grupo B foram indagadas sobre a razão de ser voluntárias ou não. A questão de crescimento e oportunidade profissional foi a mais recorrente entre aquelas que aceitariam ser voluntárias. Razões de natureza humanitária também foram levantadas. No entanto, o fator familiar, particularmente os filhos, é o que mais pesa na decisão das militares não voluntárias. A duração da missão também foi levantada como uma das hipóteses do não voluntariado, muito provavelmente ligado ao fator filhos.

Às militares do grupo A, foi questionado o que as motivou a participar em uma missão de paz. As participantes poderiam dar mais de uma resposta nessa questão. A oportunidade de crescimento profissional foi a mais citada com 95% das respostas, seguida pela satisfação pessoal com 85% e o benefício financeiro aparecendo em terceiro lugar com 40%. Altruísmo, o desejo de fazer algo diferente na carreira e a política institucional também foram pontos de observação. Quando perguntadas quais foram as maiores dificuldades enfrentadas durante o período da missão, 65% responderam que a distância da família foi um obstáculo a ser enfrentado e o confinamento foi citado por 40% das participantes do grupo A. No entanto, quando foi perguntado se haveria algum tipo de receio e/ou restrição para voltar a participar em uma missão de paz, 85% responderam negativamente. Os 15% das participantes que disseram não, citaram mais uma vez os filhos como um motivo para não se voluntariarem novamente. A duração da missão foi igualmente citada como fator significativo para não se voluntariar.

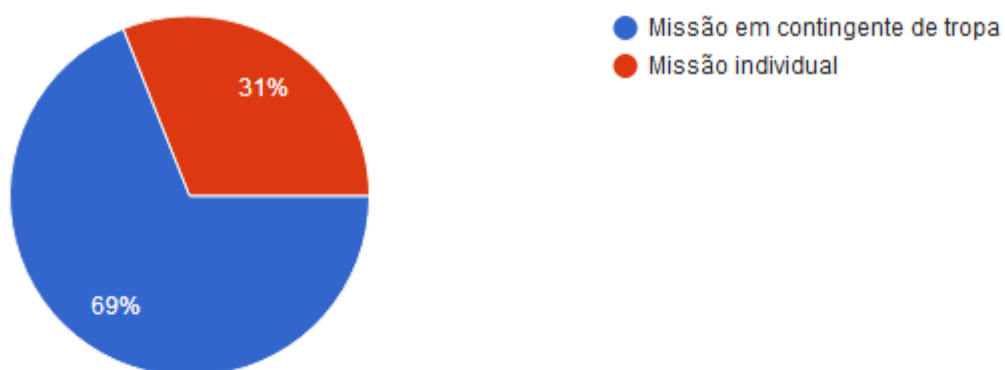


Às militares do grupo B também foi perguntado sobre a existência de algum tipo de restrição e/ou receio em participar em operações paz. Mais da metade, 51,7% disseram não ter algum tipo de óbice para sua participação.



As que citaram algum tipo de obstáculo, citaram a preocupação quanto aos filhos, o adiamento da gravidez pelo fator da idade, não poder levar a família, precariedade dos meios de comunicação, riscos para a saúde e a segurança na área da missão como fatores determinantes em suas decisões de se voluntariar ou não. A duração da missão é citada mais uma vez nessa questão.

As militares do grupo B também responderam se seriam voluntárias para uma missão em contingente de tropa ou missão individual. O resultado foi tal como se segue:



Nota-se uma significativa diferença de percentual entre as missões em contingente de tropa e as individuais. As participantes justificaram suas escolhas pelo contingente de tropa baseadas nos seguintes fatores:

1. Maior sensação de segurança pelo fato de estar entre conterrâneos falando o mesmo idioma;
2. Maior apoio em casos de situações extraordinárias afetas ou não à missão;
3. A missão em grupo proporciona o espírito de corpo e fortalece as relações de camaradagem.

Já os 31% que optaram pela missão individual, o fizeram baseando-se numa maior possibilidade de destaque e emprego, no desafio de enfrentar uma missão sozinha e no espírito de aventura.

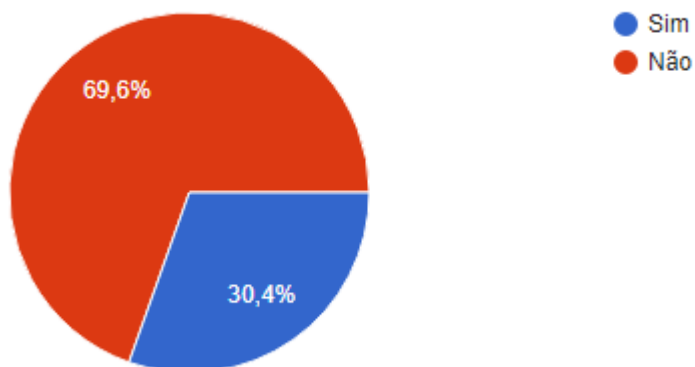
Foi pedido às militares do GRUPO A que elencassem as razões do aumento do número de mulheres participando em missões de paz da ONU. Mais de noventa por cento (91,3%) das respondentes disseram que o crescimento profissional era o principal fator desse aumento. Enquanto 73,9% responderam que a satisfação pessoal também era preponderante. O benefício financeiro aparece em terceiro lugar com 47,8%, seguido pelo espírito de aventura com 43,5%. Fatores como a política de gênero da ONU, a política institucional do Exército Brasileiro e a maior consciência das mulheres em relação às missões também foram citados como vetores de mudança na maior participação feminina.

Quando solicitadas a elencar os motivos que levam a um maior aumento do número de mulheres participando em missões de paz da ONU, tal como fizeram as militares do GRUPO A, 73,3% das militares do GRUPO B acreditam que a oportunidade de crescimento profissional é o fator mais relevante, seguido pela satisfação pessoal (56,7%), e pelo altruísmo e benefício financeiro que ficaram empatados em 30% das respostas. A política institucional foi citada por último com 3,3% das respostas.

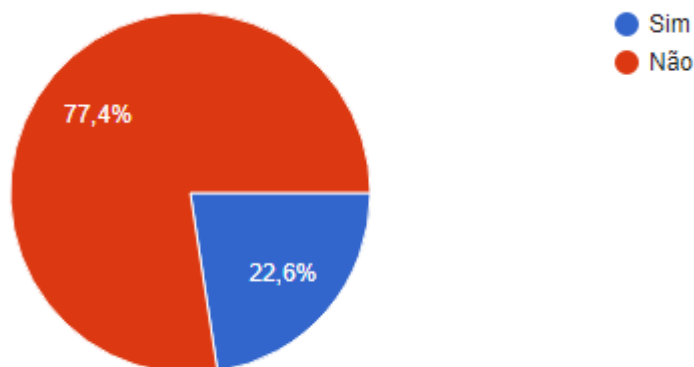
Foi igualmente solicitado que as militares do GRUPO A especificassem as funções em uma missão de paz que as mulheres pudessem desempenhar em pé de igualdade com os homens. Funções como tradutor/intérprete (95,7%), médico (91,3%), Staff Officer, assessor jurídico e CIMIC Officer ficaram empatadas com 87% das respostas. As funções de tesoureiro e observador militar também ficaram em 78,3%. Quarenta e três e meio por cento (43,5%) responderam que a função de comandante de pelotão também é uma função a qual a mulher também pode cumprir. Funções como engenheira, *gender advisor*, dentista, adjunto de operações, *patrol leader* também foram citadas. Cerca de 4% das mulheres disseram que a mulher poderia desempenhar qualquer função desempenhada por um homem. Outras lembraram que o desempenho da função está ligado à formação do militar e não ao gênero.

Quando perguntadas se há a necessidade de um treinamento diferenciado entre homens e mulheres para missões de paz da ONU, a maioria das mulheres, tanto no GRUPO A quanto no GRUPO B, respondeu negativamente, conforme gráfico abaixo:

GRUPO A



GRUPO B



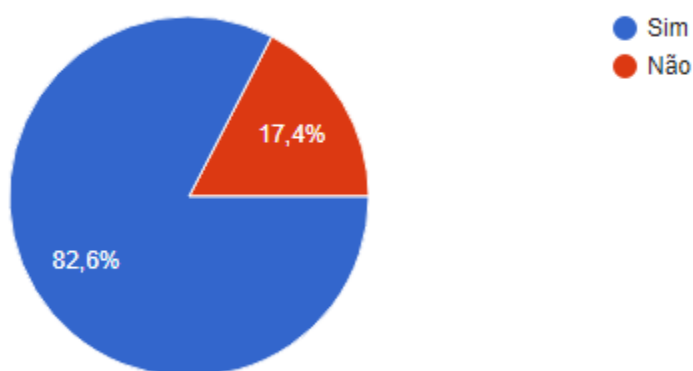
No que se refere às dificuldades enfrentadas durante a missão de paz, as militares do GRUPO A elencaram em ordem decrescente da seguinte forma:

- Distância da família - 65,2%
- Confinamento - 43,5%
- Condições de acomodação e higiene - 13%
- Cultura diferente - 8,7%
- Duração da missão - 4,3%
- Cultura do militar homem brasileiro - 4,3%

Dentro desse montante, 4,3% disseram não ter tido nenhum tipo de dificuldade. Todavia, um dado chama a atenção: o mesmo percentual de 4,3%

afirmou que a cultura do militar homem brasileiro foi uma dificuldade a ser enfrentada durante o período de missão. As razões para tal afirmação não ficaram explícitas nas respostas, cabendo um aprofundamento no estudo desta questão.

Ainda no GRUPO A, foi verificado que 82,6% das respondentes seriam voluntárias a participar em uma missão individual, como se segue no gráfico abaixo:



O espírito de aventura, a chance de ter novos desafios pessoais e profissionais foram algumas das razões destacadas para a participação em uma missão individual da ONU.

5. DISCUSSÃO

Como observado através da análise dos resultados, as militares do Exército Brasileiro, considerando suas diversas origens, características e estilo de vida, estão cada vez mais predispostas a participar das missões da ONU. Os motivos variam conforme depreende-se da pesquisa realizada. Podem variar em razão do crescimento profissional, retorno financeiro, altruísmo, desejo por aventuras, vontade de fazer a diferença no mundo e forte política institucional no que tange o fomento da maior presença feminina no terreno. Não obstante, existem algumas restrições para que o número aumente mais, tais como a distância da família (principalmente dos filhos), a duração da missão, do caráter da missão, se individual ou em contingente de tropa, as possíveis diferenças culturais do país anfitrião, confinamento, segurança, prejuízos à saúde, risco de morte. No entanto, tais observações não são de exclusividade do pensamento feminino, pois tais ocorrências e receios podem ser igualmente encontrados no universo masculino, independentemente do fator gênero.

A questão do tempo de distância da família pode vir a ser amenizado se a proposta das Nações Unidas em diminuir o tempo de missão no terreno for realmente adotada. Baseando-se na razão principal para o não-voluntariado, que é estar longe da família por muito tempo, isso por certo traria uma quantidade maior de mulheres militares participantes em operações de paz. Abaixo seguem algumas ações da ONU para atender a Agenda Mulheres, Paz e Segurança e que podem levar a uma maior participação feminina nas áreas de operações de paz:

- Redução do tempo de missão individual (de 1 ano para 6 meses para aquelas que possuem filhos menores de 7 anos);
- FET – (Female Engagement Team) ou Equipe de Engajamento Feminino que seria aplicada em batalhões desdobrados nas missões. O Uruguai e Peru já possuem tais equipes;
- Inserção do posto de Sargentos e Subtenentes para Missões de Paz;
- Aumento de 10% a 20% da participação feminina nas missões individuais, que é de caráter mandatório da ONU;
- Treinamentos específicos para oficiais e policiais militares seniores que são 6 por ano ocorrendo nas unidades da ONU em Entebbe, China e Quênia);

- Cursos de Child Protection (Proteção à Criança) e Gender Advisers (Conselheira de Gênero).

O que se pode concluir é que o posicionamento das Forças Armadas Brasileiras, em especial o Exército, acerca das missões e da importância da participação feminina nas missões de paz da ONU está aumentando. No Estágio de Preparação para Missões de Paz (EPMP), realizado no Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB) duas vezes ao ano, a presença feminina é constante, apesar do número ainda reduzido em comparação à quantidade de homens. Todavia, esse cenário tende a mudar com o desdobramento de mais mulheres no terreno, fruto da mudança de posicionamento provocado pela recente política institucional da Força, no atendimento do que prescreve a Agenda Mulheres, Paz e Segurança das Nações Unidas e da inserção das mulheres na linha militar bélica no Brasil.

Por vezes, as militares participantes do Estágio de Preparação para Missões de Paz começam o estágio sem ainda terem sido designadas para uma missão específica. Porém, nota-se que já existe a preocupação em preparar o efetivo feminino para quando a designação sair, agilizando sobremaneira o processo de desdobramento, assim como já ocorre com os militares (homens e mulheres) da Força Aérea Brasileira.

Outro aspecto também observado foi a do treinamento dado a homens e mulheres. As militares participantes dos questionários em sua maioria acreditam que o treinamento deve ser o mesmo para ambos os gêneros, sem distinções e independente da função a ser exercida.

6. CONCLUSÃO

Este trabalho teve como objetivo levantar os fatores que levam ao aumento da participação das militares do Exército Brasileiro em missões de paz sob a égide da ONU, assim como os principais óbices que ainda existem neste tocante.

Para se chegar ao entendimento de como esse aumento da participação feminina se dá, é preciso compreender a mudança das características dos conflitos, e como eles impactam não apenas homens, mas mulheres, meninas e meninos. Houve, então, a necessidade de mudar a forma de construir a paz, trazendo as mulheres para participar de forma relevante dos processos de decisão e nas operações de paz propriamente ditas, seja como civis, militares ou policiais.

Com o advento da Resolução 1325 (2000), a pioneira e mais significativa das resoluções no que tange a maior participação feminina nos processos de construção e consolidação da paz, as mulheres passaram a ser consideradas peças-chave, seja nas mesas de negociação ou nas operações de paz. Uma vez em que foi percebida a diferença de como homens e mulheres sofriam e sofrem os períodos de conflito e pós conflito, sendo as mulheres e meninas as principais vítimas de crimes de natureza sexual perpetrada por violadores dos direitos humanos, a participação feminina se tornou indispensável na resolução de disputas e na minimização dos impactos sofridos. Apenas como exemplificação, mulheres e meninas que passaram por traumas causados por conflitos são mais propensas ao diálogo com outras mulheres. E através desse diálogo, é possível detectar os autores de crimes, iniciar os procedimentos de ordem legal e tomar medidas que aumentem a segurança da população como um todo. Foi constatado também que mulheres, de maneira geral, têm menos tendência a entrar em conflitos e buscam as soluções dos mesmos através do diálogo. Daí a necessidade da equiparação de gêneros no âmbito das Nações Unidas, que é um dos objetivos principais da Agenda MPS (Mulheres, Paz e Segurança).

A Agenda Mulheres, Paz e Segurança, idealizada pelas Nações Unidas, surgiu com intuito de estimular os estados-membros a aderirem aos preceitos de maior participação feminina no terreno, principalmente como *peacekeepers*. Tratando as mulheres como vetores chave para a consolidação da paz, ressaltando uma vez mais que os conflitos impactam de forma distinta homens, mulheres,

meninos e meninas. Da mesma forma que os conflitos mudaram sua natureza, a forma de lidar com os mesmos deve ser diferenciada. Por isso, a presença das mulheres uniformizadas hoje é indispensável no teatro de operações de paz.

Dentro do Exército Brasileiro, há uma cada vez mais fortalecida política institucional neste sentido, o que reflete na crescente participação feminina em missões, seja em contingente de tropa ou individuais. A entrada das mulheres na linha militar bélica através da Academia Militar das Agulhas Negras é também uma das constatações deste processo e certamente vem reforçar as ações previstas na Agenda MPS.

O Exército Brasileiro vem ao longo dos últimos anos preparando, treinando e desdobrando militares do segmento feminino nas mais diversas operações de paz sob a égide das Nações Unidas, além de implementar ações para estimular a maior participação feminina nas mais variadas funções no âmbito das missões de paz.

Através das respostas dos questionários aplicados às militares que já participaram em missões e às que não, pôde-se observar que fatores como a distância da família, especialmente dos filhos, ainda são fontes de receio para que haja uma presença feminina mais marcante nas operações de paz da ONU. Talvez pelo forte fator cultural de que a mulher é ainda vista e se vê como a principal responsável pelos cuidados com a família, principalmente com os filhos, pesando sobre elas a difícil decisão de participar ou não em uma missão de paz. O que já não ocorre na mesma proporção com o militar do segmento masculino, que mesmo possuindo restrições e receios semelhantes às das mulheres, não recai sobre ele o "dever" de estar presente fisicamente para cuidar da família, cabendo-lhe outras funções também culturais que podem ser objetos futuros de estudo.

Por outro lado, fatores como o espírito de aventura, o crescimento pessoal e profissional e o desejo de ajudar populações em zonas de conflito exercem forte influência para o aumento da participação de mulheres militares. O benefício financeiro também pode ser citado como um dos fatores motivadores, mas não principal como se vê na pesquisa. A maioria das militares, tanto as que já participaram em uma missão de paz quanto as que não, disse não haver necessidade de distinção no preparo de homens e mulheres quando forem exercer as mesmas funções em uma missão de paz. A maioria delas também acredita não haver cargos exclusivamente masculinos ou femininos na área de missão, ou seja,

tanto o homem quanto a mulher pode exercer as mesmas funções desde que devidamente preparados.

Para atender a demanda das Nações Unidas para um aumento do efetivo feminino nas suas missões, o Exército Brasileiro seleciona as militares voluntárias e as designa para realizar o Estágio de Preparação para Missões de Paz (EPMP) no Centro Conjunto de Operações de Paz (CCOPAB), mesmo não havendo ainda uma definição de missão. A intenção é otimizar o tempo para quando houver a designação da missão, a militar já esteja devidamente treinada e preparada para ser desdobrada.

As Nações Unidas encorajam os estados-membros a enviar suas militares às missões. Esta é uma tendência crescente e que está sendo adotada por muitos países, sendo o Brasil um deles. Acredita-se que quanto mais mulheres houver desdobradas no terreno das operações de paz, mais facilmente se alcançará a paz duradoura e sustentável, diminuindo os conflitos e seus impactos sobre a população civil, sobretudo as mulheres e meninas, as maiores vítimas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GIANNI, Renata; COSTA, Ivana Mara F. A incorporação de uma perspectiva de gênero pelo Brasil no Haiti. In: A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017). Hamman & Teixeira, orgs.

GIANNI, Renata. Promover gênero para consolidar a paz: a experiência brasileira. Artigo Estratégico nº 9. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, set/2014.

MENDONÇA, Marcos Venício. Brasil no Haiti: um caso de sucesso: uma análise da missão brasileira no Haiti. In: In: A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017). Hamman & Teixeira, orgs.

SNYDER, Mark. UN Sea: Sexual Exploitation and abuse at the hands of the United Nations Stabilization Mission in Haiti. Resultados preliminares, Jan/2017.

GIANNI, Renata; LIMA, Mariana; PEREIRA, Pérola. Brazil and UN Security Council Resolution 1325: Progress and Challenges of the Implementation Process, March/2016.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Brazil: National Action Plan on Women, Peace and Security, 2017.

INSTITUTE FOR SECURITY STUDIES. Gender in Peacekeeping, 2013.

GOETZ, Anne Marie. Quién responde a las mujeres? Género y rendición de cuentas. United Nations Development Fund for Women.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO GRUPO A

1. Estado civil:
 Casada Solteira Divorciada Viúva

2. Em qual faixa etária se encontra?
 de 25 a 30 anos de 31 a 36 anos de 37 a 42 anos de 43 a 48 anos
 de 49 a 54 anos acima de 55 anos

3. Tem filhos?
 Sim Não
Caso sim, cite quantos filhos e idade dos mesmos:

4. Já tinha filhos na época em que participou da missão?
 Sim Não

5. O que a motivou a participar numa missão de paz da ONU? Pode ter mais de uma resposta.
 Oportunidade de crescimento profissional
 Benefício financeiro
 Satisfação pessoal
 Altruísmo
 Política institucional
Outros: _____

6. Quais foram as dificuldades enfrentadas durante a missão em que participou?

7. A Sra. teria algum tipo de receio e/ou restrição em voltar a participar de uma missão de paz? Em caso afirmativo, justifique.

8. A Sra. seria voluntária para participar de uma missão individual? Justifique.

9. A Sra. conseguiria especificar quais são as funções em uma missão de paz que as mulheres podem desempenhar em igualdade com os homens? Caso sim, qual (is)?

10. Em sua opinião, quais são as razões que justificam o aumento do número de mulheres militares do EB participando em missões de paz da ONU?

11. Em sua opinião, a Sra. acredita que há a necessidade de um treinamento diferenciado entre homens e mulheres, mesmo quando estes ocuparem as mesmas funções?

Sim Não

Justifique sua resposta:

12. Em sua opinião, quais são as diferenças entre a participação da militar em missões de paz em contingente de tropa e em missões individuais?

13. A Sra. seria voluntária a ser desdobrada em um missão de Paz em um ambiente instável, com condição precária de higiene, grande diferença cultural, com um número reduzido de mulheres e com restrição de locomoção?

Sim Não

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO GRUPO B

1. Estado civil:
 Casada Solteira Divorciada Viúva

2. Em qual faixa etária se encontra?
 de 25 a 30 anos de 31 a 36 anos de 37 a 42 anos de 43 a 48 anos
 de 49 a 54 anos acima de 55 anos

3. Tem filhos?
 Sim Não
Caso sim, cite quantos filhos e idade dos mesmos:

4. A Sra. seria voluntária para participar em uma missão de paz da ONU?
 Sim Não
Justifique:

5. Na opinião da Sra., há algum receio e/ou restrição em participar em missões de paz? Caso afirmativo, qual (is)?

6. Caso a Sra. fosse voluntária para participar em uma missão de paz da ONU, qual seria a melhor escolha em sua opinião: missão em contingente de tropa ou missão individual? Justifique.

7. Em sua opinião, quais são as razões que justificam o aumento do número de mulheres militares do EB participando em missões de paz da ONU?
 Oportunidade de crescimento profissional
 Benefício financeiro
 Satisfação pessoal
 Altruísmo
 Política institucional
Outros: _____

8. Em sua opinião, a Sra. acredita que há a necessidade de um treinamento diferenciado entre homens e mulheres, mesmo quando estes ocuparem as mesmas funções em uma missão de paz da ONU?
() Sim () Não

Justifique sua resposta:
